TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS — LEGALIDADE

— Desde que os particulares se beneficiam com o serviço, devem pagar a taxa estabelecida em lei. Não são os proprietários de imóveis marginais à estrada os únicos que tiram proveito de sua conservação; os que dela se utilizam como passagem forçada às suas terras também o tiram. Sujeitar somente os primeiros ao pagamento da taxa, isentando os segundos, seria ferir o princípio da igualdade de todos perante a lei.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Lins *versus* Serafim Jorge Ferreira
Agravado de petição n.º 23.490 — Relator : Sr. Desembargador

PAULO COLOMBO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos do processo n.º 23.490, agravo de petição de Lins, em que é agravante Serafim Jorge Ferreira e é agravada a Prefeitura Municipal :

Contra o agravante foi iniciado pela agravada êste executivo fiscal para a cobrança de Cr\$ 2.689,80, sendo Cr\$ 151,50 de imposto de licença dos

si as diferentes modalidades da receita pública, vem sendo reproduzida pelos doutrinadores como dogma intangível¹.

2. Entre os tributos, a taxa foi a escolhida para sofrer as conseqüências da crise a que nos referimos. Já há muito que essa

1 BILAC PINTO, *Finanças e Direito*, in *Rev. For.*, vol. 82 p. 548.

armazéns das fazendas Lidiana e Santa Branca, e o restante de taxa rodoviária sobre as fazendas Lidiana, do Córrego da Lagoa, do Bairro Tabocal, Douro do Oeste e V. Santa Odila, referentes aos anos de 1940 e 1941. Posteriormente, a agravada requereu que ao pedido fôsse, nos termos do art. 5.º e parágrafo único do Decreto-lei n.º 960, de 1938, acrescido o de Cr\$ 3.426,50 de taxas rodoviárias referentes ao ano de 1943.

Defendeu-se o réu, alegando, quanto ao imposto de licença, que êle não é devido, porque os armazéns que existem em duas fazendas de sua propriedade não têm o fito de lucro, mas apenas o de trazer facilidade aos seus trabalhadores; quanto à taxa rodoviária, que também não é devida, porque nenhuma estrada municipal passa pelas suas fazendas.

A ação foi julgada procedente em primeira instância. Agravou o réu e na minuta, além de repisar os argumentos anteriores expendidos, arguiu a inconstitucionalidade do imposto de licença.

Esta inconstitucionalidade, porém, não existe, como muito bem ficou demonstrado no acórdão, tomado por unanimidade de votos do Tribunal Pleno no Supremo Tribunal Federal, de 13 de dezembro de 1943, pois a Constituição Federal de 1937, repetindo preceito da de 1934, expressamente deu no art. 28, n.º I, aos municípios, a competência de cobrá-lo (*Direito*, 26/239).

O agravante não provou que os armazéns de suas fazendas não têm o fito de lucro e nêles não é exercido o comércio; não destruiu, assim, a presunção que milita a favor da certidão de dívida fiscal.

A taxa rodoviária também é devida pelo agravante. Ficou provado dos autos que as suas fazendas, embora não marginais de estradas municipais, têm a comunicação para a cidade de Lins, em grande extensão por estradas

imposição, além de sua significação tradicional, designa várias espécies tributárias sem lugar na classificação das receitas públicas, provocando êsse fato incerteza no seu conceito.

Efetivamente, sempre andaram confundidas taxas com tarifas, taxas com preços públicos e, sobretudo, taxas com impostos, talvez porque, como observa PEREIRA NETO, com apoio em JÈZE, naquele tributo há sempre traços dêsse último². E' a dificuldade anunciada pela generalidade dos financistas. As linhas claras, que separam as taxas dos impostos, mesmo hoje, nem sempre facilmente se distinguem, afirmou-o SHIRRAS, em conceito repetido pelo nosso DÍDIMO DA VEIGA: — "*It is, indeed, sometimes difficult to draw a clear line of distinction between taxes and fees*".

3. Essa confusão de tributos não é porém de nossos autores nem de nossa jurisprudência. E' uma decorrência do atraso em que se encontra a ciência das finanças. Na França, um dos mais notáveis especialistas, acentuando a necessidade de exata conceituação dessas figuras fiscais, lastima e deplora que a legislação em-

2 PEREIRA NETO, *Lições de Finanças*, Coimbra, p. 536.

municipais, o que basta para a cobrança da taxa. Como foi dito no acórdão de 7 de março de 1940 (*Revista dos Tribunais*, 126/239): “A taxa é a remuneração de determinados serviços prestados pelo Poder Público aos particulares. Desde que estes se beneficiem com o serviço, devem pagar a taxa estabelecida em lei. Não são os proprietários de imóveis marginais à estrada os únicos que tiram proveito da sua conservação; os que dela se utilizam como passagem forçada às suas terras também o tiram. Sujeitar-se somente os primeiros a pagarem a taxa, isentando os segundos, é que seria ferir o princípio da igualdade de todos perante a lei.

“Imagine-se só uma fazenda cuja divisa fique a poucos metros da estrada conservada pelo município e que lhe serve de acesso forçado. O seu proprietário beneficiado estaria livre de pagar a taxa, enquanto que outro, só por ser a sua fazenda marginal, em pequena extensão, teria de pagá-la.”

Neste sentido foi também julgado pela egrégia Segunda Câmara (*Revista dos Tribunais*, 139/78).

Não há nos autos elementos pelos quais se possa concluir que a cobrança feita pela agravada ao agravante seja excessiva.

Isto pôsto, acordam em Primeira Câmara Civil do Tribunal de Apelação negar provimento ao agravo.

Custas pelo agravante.

São Paulo, 4 de setembro de 1944. — *Almeida Ferrari*, Presidente. — *Paulo Colombo*, Relator. — *J. M. Gonzaga*.

pregue indistintamente qualquer delas para impor tributos, sem qualquer preocupação de ordem científica, contribuindo para anarquizar conceitos. E' JÈZE quem o afirma: “*En France, notamment, le législateur employe comme synonyme les mots: impôts, taxes, droits, contributions, redevances, cotisations, etc. En Allemagne, les lois récents réservent le mot GEBUEHREN aux taxes proprement dites*”³.

Mas, se nos vários países o problema pode ter solução científica com a ampliação das fontes tributárias, melhor classificação das receitas públicas, criação de novas imposições fiscais, todavia, em nosso direito, a questão, antes de submeter-se à ciência das finanças, é de direito constitucional, encontrando o seu equacionamento óbice intransponível na própria Constituição Federal.

4. Na verdade, obedecendo às tradições do nosso direito, a Constituição atual somente reconhece duas fontes tributárias: os impostos e as taxas. E' certo que a Constituição de 1891 permitia que se criassem outras (art. 12), mas a faculdade não foi usada pelo legislador.

A Carta Política de 1934, além das taxas e impostos, enumerava outra imposição — as contribuições de melhoria que, em rea-

3 JÈZE, *Cours de Finances Publiques*, 1933, p. 60.